

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 1995.

Dá nova redação ao art. 77 e suprime o art. 78 da Lei Orgânica do Município de Manhumirim.

O povo do Município de Manhumirim, por seus representantes, aprova e a Mesa Diretora da Câmara promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º. O art. 77, seção III “Das responsabilidades do Prefeito Municipal”. Capítulo II “Do Poder Executivo” e Título III “Da organização dos poderes”, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 77. Compete à Câmara Municipal o julgamento do Prefeito nas infrações político-administrativas, que são fixadas no art. 4º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

§ 1º O processo de cassação do mandato pela Câmara, é fixado no art. 5º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, acolhido e ratificado por esta Lei Orgânica Municipal.

§ 2º Os casos de extinção de mandato de prefeito ou vereador e ainda o processo de cassação do mandato de vereador pela Câmara é, no que couber, o fixado no Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. (NR)

Art. 2º Fica suprimido o art. 78 da Lei Orgânica Municipal de Manhumirim, circunscrito no Título III, que trata da Organização dos poderes.

Art. 3º Renumerar-se o art. 79 como 78, o 80 como 79 e assim sucessivamente.

Art. 4º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995.

Mesa-Diretora da Câmara

Vereador JAIRO DUTRA
Presidente

Vereador JOÃO SANCHES
Primeiro Secretário

EMENDAS À LEI ORGÂNICA

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 2, DE 23 DE SETEMBRO DE 1999.

Dá nova redação aos artigos 108, 118, 122, 123 e 171; adita o art. 37, acrescentando os incisos XIX e XX, e ainda, o art. 85 dos atos das Disposições Gerais e Transições; suprime os incisos XX e XXI do art. 38 e o art. 120; suprime expressão no art. 119, da Lei Orgânica do Município de Manhumirim.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, por seus membros, promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º O art. 108 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 108. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, assim como aos estrangeiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

§ 1º A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarada em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 2º As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 3º A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

§ 4º A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e funcional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

§ 5º É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

§ 6º O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvando o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos artigos 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I, da Constituição Federal.

§ 7º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as remunerações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a reavaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII da Constituição Federal;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 8º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 9º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, com tenha por objetivo a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

§ 10. O disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesa de pessoal ou custeio em geral. (NR)

Art. 2º Ficam suprimidos os incisos XX e XXI do art. 38 da Lei Orgânica Municipal de Manhumirim.

Art. 3º Acrescenta-se ao art. 37, após o inciso XVIII, os seguintes incisos:

XIX - fixar o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, observado o que dispõe os artigos 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

XX - fixar o subsídio dos Vereadores, na razão de, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõe os artigos 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, § 2º, I e 29, VII da Constituição Federal. (AC)

Art. 4º O art. 118 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 118. O município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - as peculiaridades para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

§ 2º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI da Constituição Federal.

§ 3º A lei municipal poderá estabelecer a relação entre o maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal.

§ 4º Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 5º A Lei disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 6º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º deste artigo. (NR)

Carla's Murologia de Manhumirim

Art. 5º No art. 119 fica suprimida a citação do inciso VI do art. 7º da Constituição Federal (NR)

Art. 6º Fica suprimido o art. 120 da Lei Orgânica Municipal de Manhumirim.

Art. 7º O art. 122 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 122. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica (NR)

Art. 8º O art. 123 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 123. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgamento;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 5º O servidor público será aposentado nos termos das normas constitucionais e infraconstitucionais editadas pela União. (NR)

Art. 9º O art. 171 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 171. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei e as sociedades de economia mista.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos presentes parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais ao Município de Manhumirim.

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, o Município de Manhumirim adotará as seguintes providências:

I - redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis;

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da Lei Complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º (NR)

Art. 10. Fica acrescido à Lei Orgânica o art. 85, nos Atos das Disposições Gerais e Transições:

Art. 85. É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o § 4º do art. 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, publicada no DOU (Diário Oficial da União) de 05/06/1998. (AC)

Art. 11. Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1999.

Mesa-Diretora da Câmara

Vereadora DALVA CELESTE DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

Vereador ADMAR SOARES
Primeiro Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 3, DE 21 DE JUNHO DE 2001.

Dá nova redação aos artigos 24 e seus parágrafos: 25, 26, 33 e incisos VII, "b" e "c" do art. 38; acresce o § 5º ao art. 27 e acresce o art. 170-A, com um parágrafo, à Lei Orgânica de Manhumirim.

O povo do Município de Manhumirim, por seus representantes, aprova e o Presidente da Câmara promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º O art. 24 e seus seis parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com o mandato dos Vereadores, a Câmara reuni-se-á, independente de convocação, no dia 1º de janeiro, em horário pré-determinado e amplamente divulgado nos meios de comunicação, para dar posse aos Vereadores, eleger e dar posse a sua Mesa Diretora e dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 1º Assumirá a direção dos trabalhos, como Presidente, o Presidente da última Sessão Legislativa, se reeleito, e se não tiver sido, o Vereador mais votado no pleito atual.

§ 2º Na Sessão de posse dos Vereadores deverá ser apresentada, ainda, a declaração de bens e de acúmulo de cargos, para fins de comprovação de compatibilidade de horários entre as reuniões ordinárias da Câmara e o cargo do Vereador, se for o caso.

§ 3º Verificada a autenticidade dos diplomas e recebidas as declarações de bens, o Presidente da Sessão preparatória convidará um Vereador, a seu critério, para funcionar como Secretário, até a posse da Mesa. (NR)

Art. 2º O art. 25 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. O mandato da Mesa Diretora da Câmara tem a duração de dois anos, sendo vedada a recondução do eleito no biênio anterior para o mesmo cargo no biênio seguinte. (NR)

Art. 3º O art. 26, **caput**, da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. A Mesa da Câmara se compõe de Presidente, Vice-Presidente e Secretário. (NR)

Art. 4º O art. 27 passa a vigorar acrescido do §5º:

Art. 27.....

§ 5º O funcionamento das Comissões de que trata o parágrafo é disciplinado em lei federal de âmbito nacional e no Regimento Interno. (AC)

Art. 5º O art. 33 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. A Mesa da Câmara, por seu Presidente, ou Vereador, poderá requisitar informação ou documentos aos Secretários Municipais, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo de quinze dias, importando o não atendimento na aplicação das penalidades cabíveis. (NR)

Art. 6º Os incisos VII, b e c, XVI, XX e XXI do art. 38 da Lei Orgânica passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38.....

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o acolhimento ou não do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados do seu recebimento, observando os seguintes preceitos:

b) a decisão da Câmara sobre as contas deverá ocorrer em 60 (sessenta) dias do recebimento do parecer prévio;

c) rejeitadas ou aprovadas parcialmente as contas, elas serão remetidas ao Ministério Público para fins de direito e à Comissão de Legislação e Justiça para indicar as providências da alçada da Câmara.

XVI - conceder título de cidadania honorária, honra ao mérito e mérito desportivo a pessoas que tenham prestado reconhecido serviço à cidade ou que tenham, em nome dela, sido destaque em eventos internos ou externos, mediante proposta aprovada pela maioria de dois terços dos membros da Câmara.

XX - fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, por lei de iniciativa da Câmara, observado o que dispõe os art. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e § 2º, I da Constituição Federal.

XXI - fixar, observado o que dispõe os artigos 29, VI, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 14/09/2000, mas com efeitos somente a partir de 01/01/2001, VII 29 - A, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 01, de 31/03/1992, 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores a vigorar na legislatura subsequente, não podendo ultrapassar, como valor máximo, a trinta por cento do subsídio dos deputados estaduais. (NR)

Art. 7º Fica acrescido à Lei Orgânica Municipal o art. 170-A:

Art. 170 - A. O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 8% (oitto por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, da Constituição Federal efetivamente realizado pelo Município no exercício anterior. (AC).

Parágrafo único. A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (AC)

Art. 8º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001.

Mesa da Câmara Municipal

Vereador JÚLIO ALBUQUERQUE

Presidente

Vereador ÉLIO RODRIGUES

Primeiro Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL n. 4, DE

DE 2006

Altera o art. 4º, 18, 37, XIX, 38, XXI, 39, § 1º, 46, I, 48, I, 79, I, 79, parágrafo único, 86, 124, 131, § 1º, 248, § 2º, 286, I, 296, 297, II, III e IV, 35, 98, 135, parágrafo único, 143, 226, 249, § 3º, 52, § 6º, 52, § 9º, 62, § 4º, 81, I e parágrafo único, 91, 105, 106, 110, 111, 112, III, 130, IV, 191, V, 27, § 4º, 236, § 1º, 237, 239, 241, 245, parágrafo único, 251, § 6º, 275, 277, parágrafo único, 280, 283, V, 283, IX, a, 283, X, a, 295, 301, das Disposições Gerais e Transitorias altera o art. 8º, 12, 21, IX, 23, parágrafo único, 26, parágrafo único, 36, 40, 49 e 57; acresce os incisos XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII e XXIV no § 1º do art. 76 e o § 7º ao art. 154; suprime os incisos VIII, IX e X do art. 15; 31; o inciso XX do art. 37; o inciso XX do art. 38; o inciso II do art. 79; o inciso II do art. 125; 30 das Disposições Gerais e Transitorias; 37 das Disposições Gerais e Transitorias; 43 das Disposições Gerais e Transitorias; 81 das Disposições Gerais e Transitorias; 147, § 4º, 273, § 2º, 111, § 2º e § 5º, 131, § 2º, 189, § 4º, 82, § 1º e 2º, 6º das Disposições Gerais e Transitorias, e incisos I e II e parágrafo único do art. 8º das Disposições Gerais e Transitorias; renuncia as seções I a VIII do título VI da "Ordem Social"; e renuncia as subseções I, II, III, IV e V da seção II, "Da Dádiva" como seções I, II, III, IV e V da Lei Orgânica Municipal.

A Câmara Municipal decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei Orgânica Municipal passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade. (NR)

Art. 2º Ficam suprimidos os incisos VIII, IX e X do art. 15 da Lei Orgânica Municipal. (NR)

Art. 3º O art. 18 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente em sua sede ou onde o Regimento permitir, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (NR)

Art. 4º Fica suprimido o art. 31 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º O **caput** do art. 39 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39. Ao término de cada sessão legislativa a Câmara elegerá dentre os seus membros, em votação nominal, uma comissão representativa composta de 3 (três) membros, devendo entre eles estar pelo menos 1 (um) membro da Mesa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares na Casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as seguintes atribuições. (NR)

Art. 6º O §1º do art. 39 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39.

§ 1º A Comissão Representativa será presidida pelo membro da Mesa que dela participar, tendo prioridade o Presidente sobre o Vice-Presidente e este sobre o Secretário. (NR)

Art. 7º O inciso I do art. 46 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46

I - do Prefeito ou por parte de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara. (NR)

Art. 8º O inciso I do art. 48 passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 48

I - da Mesa da Câmara, formalizada por meio de projeto de resolução. (NR)

Art. 9º O inciso I do art. 79 é transformado em inciso único e passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 79

Inciso único. Os Secretários Municipais. (NR)

Art. 10. Fica suprimido o inciso II do art. 79 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 11. O parágrafo único do art. 79 passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 79

Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal e outros definidos em lei são de livre nomeação e exoneração por parte do Prefeito. (NR)

Art. 12. O art. 86 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 86. Poderão ser criadas por iniciativa do Prefeito, se aprovado pela Câmara Municipal, distritos, subprefeituras ou administrações regionais equivalentes. (NR)

Art. 13. O art. 124 da Lei Orgânica Municipal passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 124. O Município, atendida a legislação federal, poderá, nos termos da lei, optar por estruturar e manter plano único de previdência e assistência social para o agente público e o servidor submetido a regime próprio, e para a sua família. (NR)

Art. 14. Fica suprimido o inciso II do art. 125 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 15. O §1º do art. 131 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 131

§ 1º Os livros, que poderão ser substituídos por pastas com documentos impressos, numerados e cadastrados, serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionários designados para tal fim. (NR)

Art. 16. O § 2º do art. 248 passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 248

§ 2º Constitui falta grave do Secretário Municipal competente e do Procurador Municipal, o retardamento ou negligência no cumprimento das disposições do caput deste artigo e seu § 1º. (NR)

Art. 17. O inciso I do art. 286, o **caput** do art. 296 e os incisos II, III e IV do art. 297 passam vigorar com a seguinte redação:

Art. 286.

I - Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria e período de 08 (oito) horas diárias para o curso diurno; (NR)

Art. 296. O currículo escolar do Ensino Fundamental das escolas municipais incluirá conteúdos programáticos sobre a prevenção do uso de drogas, educação para o trânsito, meio ambiente, Direitos Humanos e Ciência Política

Art. 297

II - de 1º e 2º séries do Ensino Fundamental; até 25 (vinte e cinco) alunos;

III - de 3º e 4º séries do Ensino Fundamental; até 30 (trinta) alunos;

IV - de 5º a 8º séries do Ensino Fundamental, caso venha a existir, até 30 (trinta) alunos; (NR)

Art. 18. Fica suprimido o art. 30 Das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica.

Art. 19. Fica suprimido o art. 37 Das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica.

Art. 20. Fica suprimido o art. 43 Das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica.

Art. 21. O art. 55 Das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 55. O Município no prazo de 4 (quatro) meses, contados da promulgação desta Lei Orgânica, iniciará o repovoamento do Rio Jequitibá, Córrego do Ouro, Córrego do Lessa e demais córregos do Município. (NR)

Art. 22. Fica suprimido o art. 81 Das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica.

Art. 23. O art. 98 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 98. As leis e atos municipais serão publicados pelo Diário Oficial do Município, ou, na sua ausência, na imprensa local ou regional contratada, nos termos da lei. (NR)

Art. 24. O parágrafo único do art. 135 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 135.

Parágrafo único. As certidões serão fornecidas pelo Secretário Municipal, exceto as relativas a assuntos da Câmara, que serão expedidas pelo seu Presidente. (NR)

Art. 25. O art. 143 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 143. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, observadas as normas legais, dependerá de prévia avaliação. (NR)

Art. 26. Fica suprimido o § 4º do art. 147 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 27. O art. 226 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 226. Não será permitida a destinação de recursos públicos às instituições privadas prestadoras de serviços de saúde, salvo se com autorização legislativa. (NR)

Art. 28. O § 3º do art. 249 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 249.

§ 3º O lançamento de esgotos sanitários em lagos, lagoas, lagunas ou em outros reservatórios, deverá ser precedido de tratamento químico adequado, devendo ser executado por técnicos preparados. (NR)

Art. 29. Fica suprimido o § 2º do art. 273 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 30. O art. 36 das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. Fica assegurado, nos termos da lei, um calendário escolar municipal adaptado às principais colheitas do Município, com dimensão de flexibilidade, cuja organização e execução é de responsabilidade do Secretário Municipal de Educação. (NR)

Art. 31. O art. 40 das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. O Plenário da Câmara poderá ser utilizado pelas agremiações partidárias do Município para suas convenções, bastando para tanto a formalização de requerimento ao Presidente da Casa. (NR)

Art. 32. O parágrafo único do art. 23 das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23.

Parágrafo único. O Conselho será composto por representantes de entidades do povo ou religiosas, bem como de agentes públicos nomeados pelo Prefeito que atuem na defesa dos direitos humanos. (NR)

Art. 33. O § 6º do art. 52 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52.

§ 6º Se o veto não for mantido, será a proposição de lei enviada ao Prefeito para promulgação em 48 (quarenta e oito) horas. (NR)

Art. 34. O § 9º do art. 52 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52.

§ 9º O referendo a projeto de lei será realizado se for requerido, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da promulgação, pela maioria dos membros da Câmara, pelo Prefeito ou por no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município. (NR)

Art. 35. O §4º do art. 62 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62.

§ 4º Caso o conselho tenha divergência com a resposta dada, comunicará à autoridade que poderá corrigir a resposta ou mantê-la. (NR)

Art. 36. Ficam incluídos no §1º do art. 76 da Lei Orgânica Municipal os incisos XVII a XXIV:

Art. 76.

XVII - deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal;

XVIII - ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal;

XIX - deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei;

XX - deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro;

XXI - ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente;

XXII - captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo jato gerador ainda não tenha ocorrido;

XXIII - ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou;

XXIV - realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (AC)

Art. 37. O parágrafo único e o inciso IV do art. 81 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81.

IV - não ter sido condenado criminalmente em última instância e com sentença transitada em julgado.

Parágrafo único. Para efeito do inciso IV deste artigo não pode ser incluída a situação em que o interessado esteja sendo processado ou até mesmo com sentença condenatória sendo reexaminada em grau de recurso. (NR)

Art. 38. Ficam suprimidos os §§ 1º e 2º do art. 82 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 39. O art. 91 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 91. A atividade de Administração Pública dos Poderes do Município e a de entidade descentralizada obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade. (NR)

Art. 40. O art. 105 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 105. As instâncias de que tratam os artigos 102, 103 e 104, desta Lei Orgânica, são definidas como espaço de participação popular e equivalem ao Conselho Municipal definido para a área. (NR)

Art. 41. O art. 106 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 106. O Poder Público é obrigado a fornecer a instâncias referidas nos artigos 102, 103 e 104, desta Lei Orgânica, os documentos e informações por elas solicitadas. (NR)

Art. 42. O art. 110 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 110. Os cargos em comissão e as funções de confiança, com exceção daquelas de assessoria ou definidos como de livre nomeação e exoneração, serão exercidos, na Prefeitura e na Câmara, por servidores ocupante de cargo de carreira técnica e profissional. (NR)

Art. 43. O caput do art. 111 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 111. A revisão geral da remuneração do servidor público far-se-á sempre no dia 1º de maio, para a preservação de seu poder aquisitivo, por lei de iniciativa do Chefe de cada um dos poderes, na forma e termos previstos na lei de diretrizes orçamentária. (NR)

Art. 44. Ficam suprimidos os §§ 2º e 5º do art. 111 da Lei Orgânica Municipal.
Art. 45. O inciso III do art. 112 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 112.

III - de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. (NR)
Art. 46. O inciso IV do art. 130 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 130.

IV - anualmente, até 30 de março, pela imprensa oficial, as prestações de contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, de forma resumida. (NR)
Art. 47. Fica suprimido o § 2º do art. 131 da Lei Orgânica Municipal.
Art. 48. Fica acrescido ao art. 154 da Lei Orgânica Municipal o § 7º:
Art. 154.

§ 7º O Município poderá instituir contribuição, na forma da lei, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e II da Constituição Federal. (AC)

Art. 49. As seções I a VIII do título VI da Lei Orgânica Municipal que cuida da "Ordem Social" serão reenumerados como capítulos, nesta sequência.
Art. 50. As subseções I, II, III, IV e V que classificavam a seção II, "Da Saúde", serão reenumeradas como seções I, II, III, IV e V.

Art. 51. Fica suprimido o § 4º do art. 189 da Lei Orgânica Municipal
Art. 52. O inciso V do art. 191 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 191.

V - implantar e ampliar os equipamentos de mercado atacadista e varejista, como galpões comunitários, feiras cobertas e feiras-livres, para uso dos produtores ou de varejistas. (NR)

Art. 53. O § 4º do art. 27 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros para a apuração dos fatos determinados e por prazo certo, sendo sua conclusão publicada na imprensa oficial, e se for o caso, encaminhada ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (NR)

Art. 27.

Art. 236. Ao servidor em regime de dedicação exclusiva é vedado o exercício de qualquer outra atividade pública remunerada, inclusive o magistério.
§ 1º É facilitado o exercício de atividade pública eventual não remunerada. (NR)

Art. 55. O art. 237 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 237. Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento no âmbito do SCS serão exercidos preferencialmente em regime de dedicação exclusiva. (NR)

Art. 56. O caput do art. 239 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 239. Os servidores que legítimamente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do SCS. (NR)

Art. 57. O caput do art. 241 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 241. Os profissionais de saúde que acumulam dois cargos ou empregos nos termos da alínea c e inciso XVI do art. 37 ou dos §§ 1º e 2º do art. 17 do Ato das Disposições Transitorias da Constituição Federal, quando designados para a função de chefia, direção ou assessoramento serão colocados preferencialmente sob o regime de dedicação exclusiva. (NR)

Art. 58. O parágrafo único do art. 245 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 245.

Parágrafo único. Os serviços a que se refere o caput deste artigo poderão ser delegados ou concedidos à iniciativa privada, nos termos da lei, através de regulamentação, quando o Município não tiver condições de executá-los. (NR)

Art. 59. O § 6º do art. 251 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 251.

§ 6º Os exames e laudos técnicos serão disponibilizados aos interessados, devendo ser traduzidos em linguagem acessível ao público. (NR)

Art. 60. O art. 275 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 275. Os vários tipos de expressão artístico-cultural serão isentos de qualquer tipo de recolhimento aos cofres públicos sobre forma de taxas, incentivando assim a criação e mostra de valores. (NR)

Art. 61. O parágrafo único do art. 277 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 277.

Parágrafo único. Compete ao órgão de cultura da Prefeitura o levantamento das diversas obras culturais do Município e preparação para a devida publicação, nos termos do caput deste artigo. (NR)

Art. 62. O art. 280 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 280. O art. 280 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 280. O art. 280 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 280. O art. 280 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 280. O art. 280 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 280. *A manifestação de pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nessa Lei Orgânica.* (NR)

Art. 63. O inciso V do art. 283 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 283.....

V - valorização dos profissionais de ensino, com garantia de plano de carreira para o magistério público, piso de vencimento profissional, pagamento por habilitação, alimentação durante o trabalho e ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos, realizado periodicamente, sob o regime jurídico único adotado pelo Município para seus servidores; (NR)

Art. 64. A alínea *a* do inciso IX do art. 283 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 283.....

IX -

a) atualização periódica dos profissionais da educação; (NR)

Art. 65. A alínea *a* do inciso X do art. 283 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 283.....

X -

a) de assembleias municipal escolar enquanto instância de deliberação da escola municipal, composta por servidores nela lotados, por alunos e seus pais e membros da comunidade; (NR)

Art. 66. O art. 295 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 295. *Entre outras instalações e equipamentos as escolas municipais deverão compor-se de biblioteca, cantina, sanitário, vestiário, quadra de esporte, espaço não cimentado para recreação e salas de aulas que garantam pelo menos 1m² (um metro quadrado) por aluno.* (NR)

Art. 67. O art. 301 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 301. *Os agentes da educação são os professores e servidores envolvidos, os pais, mães e responsáveis por alunos, os alunos e as alunas, a comunidade e os meios de comunicação.* (NR)

Art. 68. Fica suprimido o art. 6º das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal.

Art. 69. O caput do art. 8º das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º *Os recursos correspondentes à dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, serão-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês na forma que dispõe o art. 29-4 da Constituição Federal e a lei orgamentária.* (NR)

Art. 70. Ficam suprimidos o parágrafo único e o inciso I e II do art. 8º das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal.

Art. 71. O caput do art. 12 das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. *Os recursos oriundos de multas administrativas por atos lesivos ao meio ambiente, das taxas relativas à ação ambiental e parte dos recursos municipais previstos nos artigos 20 e 41, da Constituição Federal, serão aplicados de modo a garantir o disposto na seção IX, Capítulo II e Título V, desta Lei Orgânica.* (NR)

Art. 72. O inciso IX do art. 21 das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21.....

IX - carga horária específica para o exercício da função de coordenador de ensino, se existir, a partir da 5ª série, a ser escolhido anualmente pelos professores do mesmo conteúdo curricular e de conteúdos afins;(NR)

Art. 73. O parágrafo único do art. 26 das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26.....

Parágrafo único. Nenhum funcionário da Prefeitura Municipal de Marabá tem ou do Poder Legislativo poder de receber quantia inferior ao salário mínimo nacional. (NR)

Art. 74. O art. 49 das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49. *A Câmara Municipal, em um prazo de 4 (quatro) meses, contados da promulgação desta Lei Orgânica, tomará medidas para que se defina os cargos públicos beneficiários de adicionais de insalubridade, penosidade e periculosidade, bem como seus percentuais de acréscimos.* (NR)

Art. 75. O art. 57 das Disposições Gerais e Transitorias da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57. *Até que seja constituído o Estádio Municipal, o Município terá sob o seu poder, sobre forma de arrendamento ou outro instrumento o atual Estádio para que ali possam ser realizadas as competições ligadas ao desporto.* (NR)

Art. 76. O § 2º do art. 42 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42.....

§ 2º Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto nominal e maioria absoluta, mediante iniciativa da Mesa Diretora ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa. (NR)

Art. 77. O inciso XIX do art. 37 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37.....

XIX - fixar o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais observando o que dispõem os artigos 37, XI; 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda nº 2, de 23/09/1999). (NR)

Art. 78. O inciso XX do art. 37, alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 2, de 23/09/1999, desta Lei Orgânica Municipal fica suprimido.

Art. 79. O inciso XX do art. 38, alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 3, de 21/06/2001, desta Lei Orgânica fica suprimido.

Art. 80. O inciso XXI do art. 38, alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 3, de 21/06/2001, desta Lei Orgânica, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38.....

XXI - fixar, observado o que dispõem os artigos 29, VI, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 14/09/2000 e efeitos a partir de 01/01/2001, 29-A, VII, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 31/03/1992, 37, XI; 39, §4º, 150, II; 153, III e 153 §2º, I da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores a vigorar na legislatura subsequente, não podendo ultrapassar, como valor máximo, a 30% (trinta por cento) do subsídio dos deputados estaduais. (NR)

Art. 81. Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua promulgação.

Art. 82. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, de de 2006

AUTENTICADO
Confere com o Original



Câmara Municipal de Marabá - PA

Mesa Diretora da Câmara

Vereador DALBINO CLER
Presidente

Vereadora DARCI BRAGA
Vice-Presidente

Vereador EDMILSON DE OLIVEIRA
Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM Nº 01/95, de 17 de outubro de 1995.

"Dá nova redação ao art. 77 e suprime o art. 78 da Lei Orgânica do município de Manhumirim."

O povo do município de Manhumirim, por seus representantes, aprova e o Presidente da Câmara promulga a seguinte EMENDA À LEI ORGÂNICA:

Art. 1º. O art. 77, seção III – Das responsabilidades do Prefeito Municipal, capítulo II – do Poder Executivo – Título III – Da organização dos poderes, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77. Compete à Câmara Municipal o julgamento do Prefeito nas infrações político – administrativas, que são fixadas no art. 4º do Decreto Lei n º 201/67, de 27 de fevereiro de 1967.

§ 1º . O processo de cassação do mandato pela Câmara, é fixado no art. 5º do Decreto Lei n º 201/67, de 27 de fevereiro de 1967, acolhido e ratificado por esta Lei Orgânica Municipal.

§ 2º . Os casos em extinção de mandato de prefeito ou vereador e ainda o processo de cassação do mandato de vereador pela Câmara é, no que couber, o fixado no Decreto Lei n º 201/67, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 2º. Fica suprimido o art. 78 da Lei Orgânica Municipal de Manhumirim, circunscrito no Título III, que trata da Organização dos poderes.


Art. 3 º. Renumerar-se o art. 79 como 78, o 80 como 79 e assim sucessivamente.

Art. 4 º. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, 17 de outubro de 1995.

a/Ver. Jairo Dutra de Carvalho
Presidente

a/ Ver. João Sanches Ferreira
1º Secretário

AUTENTICADO
Conferir com o Original

Câmara Municipal de Manhumirim ME

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM Nº 02/99, de 23 de setembro de 1999.

*"Dá nova redação aos arts. 108, 118, 122, 123 e 171; adita o art. 37, acrescentando os incisos XIX e XX, e ainda, o art. 85 dos atos das Disposições Gerais e Transitórias; suprime os **incisos XX e XXI do art. 38** e o art. 120; suprime expressão no art. 119, ambos da Lei Orgânica do município de Manhumirim."*

A Câmara Municipal de Manhumirim/MG, por seus representantes, Decreta:

Art. 1º. O art. 108 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 108. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

§ 1º . A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarada em lei de livre nomeação e exoneração;

§ 2º . As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas à atribuições de direção, chefia e assessoramento;

§ 3º . A remuneração dos servidores públicos e o subsídios de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

§ 4º . A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e funcional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

§ 5º . É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remunerárias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

§ 6º . O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvando o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos artigos 39, 4º, 150, II, 153, III, e 153 § 2º, I, ambos da Constituição Federal.

§ 7º . A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as remunerações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a reavaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no artigo 5º, X e XXXIII da Constituição Federal;

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 8º . A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 9º . A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objetivo a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.

§ 10 . O disposto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesa de pessoal ou custeio em geral.”

Art. 2º. Ficam suprimidos os incisos XX e XXI do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal de Manhumirim.

Art. 3º. Acrescenta-se ao artigo 37, após o inciso XVIII, os seguintes incisos XIX e XX:

“XIX – fixar o subsídio do Prefeito, do Vice – Prefeito e dos Secretários Municipais, observado o que dispõe os artigos 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

XX – fixar o subsídio dos Vereadores, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõe os artigos 39, § 4º; 57, § 7º; 150, II; 153, III; 153, § 2º, I e 29, VII da Constituição Federal.”

Art. 4º . O artigo 118 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 118. O município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º . A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

§ 2º . O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI da Constituição Federal.

§ 3º . A lei municipal poderá estabelecer a relação entre o maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, XI da Constituição Federal.

§ 4º . Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 5º . A Lei disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 6º . A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixado nos termos do § 4º deste artigo.”

Art. 5º . No artigo 119, fica suprimido a citação do inciso VI do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 6º . Fica suprimido o artigo 120 da Lei Orgânica Municipal de Manhumirim.

Art. 7º . O art. 122 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 122. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.”

Art. 8º . O artigo 123 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 123. São estáveis, após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º . O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgamento;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, de forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º . Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º . Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 5º . O servidor público será aposentado nos termos das normas constitucionais e infra-constitucionais editadas pela União."

Art. 9º . O artigo 171 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 171. A despesa com pessoal ativo e inativo do município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º . A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei e as sociedades de economia mista.

§ 2º . Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos presentes parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais ao município de Manhumirim.

§ 3º . Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, o município de Manhumirim adotará as seguintes providências.

I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II – exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º . Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da Lei Complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º . O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 6º . O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

§ 7º . Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º ."

Art. 10. Acrescer à Lei Orgânica o seguinte artigo 85, nos ATOS DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS:

"Art. 85. É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n º 19, de 04/06/1998, publicada no DOU de 05/06/1998."

Art. 11. Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1999.

a/ Ver^a. Dalva Celeste de Oliveira Santos
Presidente

a/ Ver. Admar Rodrigues Soares
1º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM Nº 03/01, de 21 de Junho de 2001.

"Dá nova redação aos arts. 24 e seus parágrafos, 25, 26, 33 e incisos VII, "b", "c", XVI, XX e XXI do art. 38; acresce o § 38; acresce o § 5º ao art. 27 e acresce o art. 170 – A, com um parágrafo, à Lei Orgânica de Manhumirim."

O povo do município de Manhumirim, por seus representantes, aprova e o Presidente da Câmara promulga a seguinte EMENDA À LEI ORGÂNICA:

Art. 1º. O art. 24 e seus seis parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com o mandato dos Vereadores, a Câmara reunir-se-á, independente de convocação, no dia primeiro de janeiro, em horário pré-determinado e amplamente divulgado nos meios de comunicação, para dar posse aos Vereadores, eleger e dar posse a sua Mesa Diretora e dar posse ao Prefeito e Vice – Prefeito.

§ 1º. Assumirá a direção dos trabalhos, como Presidente, o Presidente da última Sessão Legislativa anterior, se reeleito, e se não tiver sido, o Vereador mais votado no pleito atual.

§ 2º. Na Sessão de posse dos Vereadores deverá ser apresentada, ainda, a declaração de bens e de acúmulo de cargos, para fins de comprovação de compatibilidade de horários entre as reuniões ordinárias da Câmara e o cargo do Vereador, se for o caso.

§ 3º. Verificada a autenticidade dos Diplomas e recebidas as declarações de bens, o Presidente da Sessão preparatória convidará um Vereador, a seu critério, para funcionar como Secretário, até a posse da Mesa".

Art. 2º. O art. 25 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. O mandato da Mesa Diretora da Câmara tem a duração de dois anos, sendo vedada a recondução do eleito no biênio anterior para o mesmo cargo no biênio seguinte".

Art. 3º. O art. 26, caput, da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. A Mesa da Câmara se compõe de Presidente, Vice – Presidente e Secretário.

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....".

Art. 4º. O art. 27 passa a vigorar acrescido o seguinte § 5º:

"§ 5º. O funcionamento das Comissões de que trata o parágrafo é disciplinado em lei federal de âmbito nacional e no Regimento Interno".

Art. 5º. O art. 33 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. A Mesa da Câmara, por seu Presidente, ou Vereador, poderão encaminhar pedidos escritos de informação ou de documentos aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo de quinze dias, importando o não atendimento na aplicação das penalidades cabíveis".

Art. 6º. Os incisos VII, "b" e "c", XVI, XX e XXI do art. 38 da Lei Orgânica passam a vigorar com a seguinte redação:

I -

"VI – tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o acolhimento ou não do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados do seu recebimento, observando os seguintes preceitos:

- a) ...
- b) a decisão da Câmara sobre as contas deverá ocorrer em sessenta dias do recebimento do parecer prévio;
- c) rejeitadas ou aprovadas parcialmente as contas, elas serão remetidas ao Ministério Público para fins de direito e à C. L. J. para indicar as providências da alçada da Câmara".

[...]

"XVI – conceder título de cidadania honorária, honra ao mérito e mérito desportivo a pessoas que tenham prestado reconhecido serviço à cidade ou que tenha, em nome dela, sido destaque em eventos internos ou externos, mediante proposta aprovada pela maioria de dois terços dos membros da Câmara".

[...]

XX – fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, por lei de iniciativa da Câmara, observado o que dispõe os art. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e § 2º, I da Constituição Federal".

"XXI – fixar, observado o que dispõe os arts. 29, VI, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 14/09/2000, mas com efeitos somente a partir de 01/01/2001, VII 29 – A, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 01, de 31/03/1992; 37, XI; 39, § 4º; 150, II; 153, III e 153 § 2º, I da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores a vigorar na legislatura subsequente, não podendo ultrapassar, como valor máximo, a trinta por cento do subsídio dos deputados estaduais".

Art. 7º. Acrescer a Lei Orgânica Municipal o seguinte art. 170 – A:

"Art. 170 – A. O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar oito por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado pelo Município no exercício anterior". (AC).

Parágrafo Único – A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores". (AC)

Art. 8º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal, 21 de junho de 2001.

Ver. Júlio Maria de Albuquerque
Presidente

Ver. Élio R. Oliveira
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 22.702.369/0001-89

Emenda à Lei Orgânica Municipal de Manhumirim n. 005/08, de 07 de agosto de 2008

“Altera o inciso IV do art. 283 da LOM.

A Câmara Municipal decreta:

Art. 1º. O inciso IV do art. 283 da Lei Orgânica Municipal passa vigorar com a seguinte redação:

“IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, extensiva a todo o material escolar e à alimentação do aluno, inclusive no período de férias, destinada esta a alunos comprovadamente carentes”.

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Manhumirim, em 07 de agosto de 2008

Ver. Júlio M^a. Albuquerque
Presidente

Ver. Armando Neto
Secretário

AUTENTICADO
Confere com o Original
[Assinatura]
Câmara Municipal de Manhumirim, 07/08/2008



CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ - 22.702.369/0001-89

Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 006, de 11 de dezembro de 2008

“Revoga o art. 44 das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica de Manhumirim e dá outras providências”.

O povo do município de Manhumirim, por seus representantes, aprova e o Presidente da Câmara promulga a seguinte EMENDA À LEI ORGÂNICA:

Art. 1º. Fica revogado o art. 44 das Disposições Gerais e Transitórias, com a seguinte redação:

“Art. 44. O servidor público que ocupar cargo de confiança por 06 (seis) anos contínuos, se afastado do cargo, terá assegurado o direito de continuar percebendo os vencimentos inerentes ao cargo em relação ainda que decorrente da transformação ou reclassificação posteriores”.

Parágrafo único – Salvo os servidores públicos que na data da publicação desta lei já tenham contados 50% (cinquenta por cento) de tempo exigido.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, 11 de dezembro de 2008.

Ver. Júlio Albuquerque
Presidente

Ver. Armando Neto
Secretário

Ver. Edmilson de Oliveira
Vice-presidente

AUTENTICADO
Confere com o Original
[Assinatura]
Câmara Municipal de Manhumirim, 2008



CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ - 22.702.369/0001-89

Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 007, de 03 de outubro de 2011

A Mesa-Diretora da Câmara, no uso de suas atribuições legais promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º O art. 17, caput e seu §2º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. A Câmara Municipal é composta de 11 (onze) Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de quatro anos” (NR)

“§ 2º O número de Vereadores é fixado com base na alínea “b” do inciso IV do art. 29 da Constituição Federal” (NR).

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação e publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal, 03 de outubro de 2011.

AUTENTICADO
Conferir com o Original
[Assinatura]
Câmara Municipal de Manhumirim, 03 de 10

Ver. Hélio M. Mendonça
Presidente da Câmara

Ver^a. Ana Paula
Secretária da Câmara

Ver. Rodrigo Soares
Vice-Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ - 22.702.369/0001-89

Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 008, de 08 de novembro de 2013

A Mesa-Diretora da Câmara, no uso de suas atribuições legais promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º Fica acrescido parágrafo único ao artigo 6º da Lei Orgânica Municipal de Manhumirim:

“Art. 6º....”

“Parágrafo único – Fica adotada a configuração do Brasão do Município como forma de representação permanente da logomarca do Governo do Município, obedecidos os seguintes critérios:

I – A representação emblemática de que trata este parágrafo único será adotada por todas as gestões de governo, de forma contínua e permanente;

II – Fica proibida a utilização de qualquer tipo de frase, desenho, logomarca, slogan ou data para representar ou distinguir gestões de governo que não a representação oficial definida neste parágrafo único.

III – Juntamente com o Brasão, deverá constar Prefeitura de Manhumirim, a Secretaria pertinente, com telefone e endereço eletrônico, evitando assim que veículos e objetos de uma determinada secretaria seja utilizado em outros setores.

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação e publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal, 08 de novembro de 2013.

Ver. Dário de Souza Veiga
Presidente da Câmara

Ver. João Batista Vieira
Secretário da Câmara

AUTENTICADO
Conferir com o Original
[Assinatura]
Câmara Municipal de Manhumirim MG



1

CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ - 22.702.369/0001-89

Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 009, de 15 de outubro de 2015

“altera o inciso Parágrafo Único do art. 133 da LOM”.

A Câmara Municipal decreta:

Art. 1º. O Parágrafo Único do art. 133 da Lei Orgânica Municipal passa vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único – Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes nas modalidades licitatórias como pregão presencial ou eletrônico, concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão ou qualquer outra modalidade vigente para todos interessados.”

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Manhumirim, 15 de outubro de 2015.

ROBERTO BELARMINO FAGUNDES
Presidente

DÁRIO DE SOUZA VEIGA
Secretário

AUTENTICADO
Confere com o Original
[Assinatura]
Câmara Municipal de Manhumirim - MG



1

CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ - 22.702.369/0001-89

Emenda à Lei Orgânica Municipal de Manhumirim nº 010/16, aos 20 de
dezembro de 2016

(Vereador Hélio Marcos Mendonça)

“altera a Seção VIII, dos Servidores Públicos constante do art.111, da LOM”.

A Mesa-Diretora da Câmara, no uso de suas atribuições legais promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º O art. 111, caput, da Seção VIII – Dos Servidores Públicos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 111. A revisão geral da remuneração do servidor público far-se-á sempre no dia 1º de janeiro, para a preservação de seu poder aquisitivo, por lei de iniciativa do chefe de cada um dos poderes, na forma e termos previstos na lei de diretrizes orçamentárias.”

Art. 2º Esta Emenda a Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua promulgação e publicação.


Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2016.

Ver. Roberto Belarmino Fagundes / Presidente:

Ver. Dário de Souza Veiga / Secretário :

AUTENTICADO
Confere com o Original


Câmara Municipal de Manhumirim, MG